

«O PEREGRINO INSTRUÍDO»

Em torno de um projecto de viagem setecentista (*)

ANA ISABEL BUESCU

O século XVIII é uma época em que pode, com propriedade, falar-se — ainda que numa acepção bem diversa, por exemplo, da que comumente se aplica ao universo medieval —, da existência do *homo viator*.

A viagem assume, com efeito, na Europa setecentista, uma importância capital na percepção dos espaços e dos homens, na reflexão sobre analogias e diferenças, na adopção ou rejeição de modelos. A experiência inglesa de Voltaire, entre 1726 e 1728, o périplo europeu de Montesquieu, entre 1728 e 1732, a longa jornada do Cavaleiro de Oliveira são disso exemplos esclarecedores. Viagem filosófica, cultural ou pedagógica, a viagem setecentista contribui para a construção de um cosmopolitismo europeu que as Luzes definitivamente consagrarão. É significativo, como sublinha Georges Gusdorf, que o tema da «república europeia» — república cultural, entenda-se — venha a ser um tema recorrente no século

(*) Comunicação apresentada no 3.º Encontro Internacional de Tomar, subordinado ao tema *Odisseias Reais e Odisseias Espirituais*, em Julho de 1986.

XVIII, servindo de fundamento mental e ideológico à grande pretensão — e talvez a grande ilusão — do século: a unidade cultural ⁽¹⁾.

Não queremos com isto significar uma menorização da importância da viagem entre continentes que, como sabemos, tem no século XVIII um alcance indiscutível e que virá enriquecer inclusivé, por vezes com uma certa ambiguidade, o problema da antropologia das Luzes, dividida, por um lado, entre a nostalgia das origens e do mundo natural, o deslumbramento do exótico e, por outro, a confiança no modelo europeu de progresso.

Mas é um facto que, ao considerarmos o conceito de cosmopolitismo no século XVIII, ele se revela indiscutivelmente uma realidade *urbana*, de *elites* e, acima de tudo, *europeia*. Como acentua Pierre Chaunu, «[...] o cosmopolitismo das Luzes [é] um cosmopolitismo restrito que nunca ultrapassou o âmbito da Europa e que repousa no esquecimento implícito do resto do mundo. É de algum modo a antecipação da conquista em profundidade dos continentes pela civilização-mundo da componente europeia. É, portanto, simultaneamente, [...] o esquecimento de outras culturas e das outras civilizações para lá das fronteiras alargadas do espaço europeu, a percepção generosa duma cidade dos homens confundida com a grande Europa» ⁽²⁾.

Não demonstrou aliás brilhantemente Lucien Febvre, em 1930, em artigo ainda hoje pleno de actualidade, que a palavra *civilização*, nascida na sua hora própria — isto é, no mundo iluminista — é e será, durante largo tempo, um *conceito singular*, que só mais tarde se pluralizará? ⁽³⁾. A civilização é, para o iluminista, um conceito uno e universal — e, por anto-

⁽¹⁾ Georges Gusdorf, *Les principes de la pensée au siècle des Lumières*, Paris, Payot, 1971, p. 43.

⁽²⁾ Pierre Chaunu, *A civilização da Europa das Luzes*, 1, Lisboa, Estampa, 1985, p. 48.

⁽³⁾ Lucien Febvre, «Evolution d'un mot et d'un groupe d'idées», in *Première Semaine Internationale de Synthèse*, Paris, Felix Alcan, 1930, pp. 24-29.

nomásia, europeu. E no entanto, o homem esclarecido do século XVIII tem plena consciência de que, para lá da primazia do continente europeu face a outras realidades geográficas e civilizacionais, existem claras diferenças de desenvolvimento no seio da Europa; e é a partir desta consciência, aprofundada, de resto, pela função operatória da viagem, que, na convergência de diversos planos (desde o determinismo geográfico de Montesquieu, à reflexão sobre o significado da clivagem entre terra católica e terra protestante), se estabelecerá, por assim dizer, uma tipologia cultural contrastiva entre o Norte e o Sul da Europa.

Sem desenvolvermos este aspecto particular que remete, em última análise, para a questão da construção de imagens, a partir do vivido e do observado (e não é a viagem, também ela, *construção de imagens?*), parece-nos que sobrelava no espírito europeu setecentista a consciência, não de uma unidade, nunca alcançada, mas de uma identidade que, mais ou menos difusa, permanece como traço de uma sempre possível aproximação entre os homens.

Neste século XVIII em que a viagem assume particular relevância na modelação do espírito do século, uma ficou por fazer. Mas nem por isso sem deixar vestígios.

Num pequeno códice setecentista existente na Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se um documento em que, de modo muito peculiar, é a viagem o ponto central e que, pela sua originalidade e interesse julgamos merecer a nossa atenção. O texto intitula-se: «*O Peregrino Instruído*». E como subtítulo: *Devem aquelles que por meio das viagens querem conhecer utilm^{te} o Mundo, informarse em cada Lugar do estado natural, Ecclesiástico, Politico, e Militar delle* ⁽⁴⁾. Trata-se de um curto manuscrito anónimo e não datado, com claros indícios de corresponder a uma primeira escrita — rasuras, emendas, acrescentos — em que se enuncia, de modo sistemático e minucioso, um vasto elenco de questões acerca das quais, numa viagem por terra estrangeira, deve o viajante

(4) B.N.L., Res. Códice n.º 618.

advertido e interessado procurar inteirar-se, para um melhor conhecimento dos locais visitados.

A partir de uma leitura atenta do texto, e em virtude das características particulares de que o mesmo se reveste, e que adiante abordaremos, de imediato se nos impôs a noção — ou talvez a intuição — de que, ao contrário do que o título sugere, apontando para uma abstracção ou generalização do destinatário — ou seja, *qualquer* peregrino — o texto em presença tinha uma finalidade e um destinatário bem precisos. Não nos era possível, contudo, com os dados de que dispunhamos — afinal, apenas o próprio texto — avançar no sentido da elucidação da dupla questão da autoria e da eventual especificidade do destinatário do texto.

Não quer isto dizer que a reflexão sobre os seus conteúdos, para lá de outros dados que conduzissem ao esclarecimento da sua produção, não tivesse interesse em si. Torna-se evidente que o texto, independentemente dessa clarificação, justifica uma reflexão autónoma. Mas impunha-se, se tal fosse possível, ir mais além.

Ora, numa *Miscelânea* de manuscritos setecentistas da mesma Biblioteca existe uma cópia do original que tínhamos em mãos. Cotejados os textos, verifica-se que as diferenças são quase nulas, a não ser a mais frequente utilização das abreviaturas por parte do copista, além de dois ou três casos de leitura deficiente. Existem, no entanto, duas importantes diferenças que têm a ver com a dupla questão da autoria e do destinatário do texto. Com efeito, e apesar de também a cópia não estar datada, é desfeito o anonimato que tocava tanto o seu autor como aquele a quem o texto era dirigido.

Consideremos o título da cópia, que difere do título do original, indiciando ter o documento, como nos parecera de princípio, um destinatário bem específico: *Peregrino Instruído. Modo com q̃ se deve informar todo o sugeito, q̃ fizer giro, pela Europa, e mais partes do Mundo. E acrescenta-se: Mandado fazer na Occazião, q S. Mages.^{de} o Sr. Rey D. João o quinto*

esteve para hir incognito, ver as Cortes Estrangeiras. No final, indica-se o nome do seu autor: D. Manuel Caetano de Sousa⁽⁵⁾.

Numa comunicação de Pedro Canavarro, apresentada em 1977, ao Colóquio *Santarém. A Cidade e os Homens*, este mesmo texto é tomado apenas como ponto de partida para uma reflexão sobre alguns aspectos da história urbana de Santarém⁽⁶⁾.

Outro artigo, de 1973, da autoria de Luiz Mott, intitula-se «O Peregrino Instruído. A propósito de um formulário etnográfico do século XVIII»⁽⁷⁾. O seu autor enfatiza, como aliás o título indicia, uma abordagem etnográfica e antropológica do texto e efectua uma análise, em função destes parâmetros, das questões formuladas por D. Manuel Caetano de Sousa, a quem classifica, não sem exagero, ou mesmo desajustadamente, de «precursor da Etnografia Europeia»⁽⁸⁾. Publica, em anexo, com algumas inexactidões, o texto d'O *Peregrino Instruído*.

Tendo também em conta o facto de o nome de D. João V se encontrar consignado na epígrafe da cópia e confirmado por outros elementos, Luiz Mott considera no entanto este dado como informação marginal e não operatória para a produção do texto; com efeito, ao contrário do que pensamos — isto é, que um dos dados essenciais a considerar é o destinatário porque é em *função dele* que o texto é escrito — para Luiz Mott ele dirige-se a qualquer peregrino, esbaltando-se assim um dado decisivo para uma correcta avaliação d'O *Peregrino Instruído*.

O texto destinava-se pois, a D. João V. É sabido, aliás, que nos primeiros anos do seu reinado o monarca acalentou a ideia de uma longa viagem ao estrangeiro, segundo um

(5) B.N.L., Res. Códice n.º 674, fls. 259-264.

(6) Pedro Canavarro, «O 'Peregrino Instruído': abordagem urbanística», in *Santarém. A cidade e os homens*, Santarém, 1977, pp. 137-160.

(7) Luiz Mott, «O Peregrino Instruído. A propósito de um formulário etnográfico do século XVIII», sep. do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, série III, n.ºs 75-78, Lisboa, 1973.

(8) *Ibidem*, p. 8.

itinerário que o conduziria a Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Inglaterra. O entusiasmo do jovem rei levou-o ao estabelecimento de um faustoso plano de viagem em que, contrastando com o carácter secreto que desejava imprimir-lhe, «[...] queria levar consigo uma comitiva de duzentas pessoas, além duma guarda de oitenta homens»⁽⁹⁾.

Os custos elevadíssimos de semelhante projecto, apesar de se estar já em pleno «ciclo» do ouro do Brasil⁽¹⁰⁾ aliados ao facto de o rei pretender prolongar a sua ausência do reino por um ano, levaram a pressões dos seus ministros no sentido de o dissuadir daquele plano, num processo que chegou a envolver o embaixador francês, Mornay, e o próprio Duque de Orleães, regente de França durante a menoridade de Luís XV. O facto é que, em 1716, já o rei desistira, parece que relutantemente, do seu acarinhado projecto⁽¹¹⁾. Este teve, no entanto, bastante ressonância na época pois, além de todo o envolvimento político que suscitou, esteve ligado à fuga do Infante D. Manuel, irmão mais novo do rei, que pretendia acompanhar D. João V na sua viagem. Segundo Ayres de Carvalho, «[...] muito se tem escrito sobre a conhecida fuga, no ano de 1715, do Infante D. Manuel [...] e sobre a viagem frustrada de D. João V, pela Europa, que acabou por se resumir numa romagem a Vila Viçosa. Parece-nos que é Merveil-

⁽⁹⁾ Ângelo Ribeiro, *História de Portugal* (dir. Damião Peres), Barcelos, Portucalense Ed., Vol. VI, cap. IX, p. 182.

⁽¹⁰⁾ «A chegada a Lisboa do ouro proveniente do Brasil começou cerca de 1695, adquirindo um movimento muito rápido durante os dois últimos anos do século e a primeira década do seguinte. De 725 kg em 1699 passa-se a 1 785 dois anos depois e a 4 350 kg em 1703. Um primeiro máximo é atingido em 1712: 14 500 kg. Uma baixa de 50 % no ano seguinte é seguida pela subida a cerca de 9000 kg em 1714 e a 12 400 kg em 1715. Nova queda nos dois anos seguintes, até atingir 3000 kg e 1000 kg sucessivamente, nova subida em 1718 e 1719 ao nível dos 7500 a 8000 kg — e todos êstes números são largamente ultrapassados por um novo máximo em 1720: mais de 25 000 kg» (V. Magalhães Godinho, «Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)», sep. da *Revista de História* de S. Paulo, n.º 15, 1953, p. 83.

⁽¹¹⁾ Ângelo Ribeiro, *op. cit.*, p. 182.

leux o primeiro cronista a dar-nos as notícias mais sensacionais sobre o caso, que, por um pouco, ia abalando o trono» (12). Merveilleux relata de facto, circunstanciadamente, nas suas *Mémoires Instructifs* (1723-1726), as particularidades que rodearam este projecto, referindo que «se lho não tivessem impedido, D. João V teria seguido o exemplo do Czar Pedro I e, como ele, teria viajado pelos principais países da Europa» (13).

No que diz respeito à autoria de D. Manuel Caetano de Sousa, não há dúvidas quanto a poder confirmá-la. No extenso artigo que Barbosa Machado lhe dedica no Tomo III da *Bibliotheca Lusitana* são-lhe atribuídos, entre manuscritos e impressos, mais de 200 títulos, sem que, no entanto, haja qualquer referência ao texto de que nos ocupamos. Mas na *Bibliotheca Sousana* (1736) (14), catálogo elaborado pelo 4.º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, grande impulsor do ressurgimento da *Academia dos Generosos* (15) e que privara com D. Manuel Caetano de

(12) Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias d'El-Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux* (trad. anot. e comentário), I vol., Lisboa, ed. do autor, s/d, p. 37, nota 13.

(13) Charles Frédéric de Merveilleux, *Mémoires Instructifs*, trad. pref. e notas de Castelo Branco Chaves, in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 149.

(14) O título completo desta obra é *Bibliotheca Sousana, ou Catalogo das Obras, que compoz o Reverendissimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Clerigo Regular, do Conselho de Sua Magestade, Pro-Commisario Geral Apostolico da Bulla da Santa Cruzada, Censor, e Director da Academia Real da Historia Portugueza: Illustrado Por Ordem de Sua Magestade com Observações Academicas, e Filologicas, Recitadas nas Conferencias da mesma Academia Pelo Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, Director, e Censor da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1736.

(15) A Academia dos Generosos fora fundada em 1647 por D. António Álvares da Cunha e, depois de uma actividade irregular, foi renovada a partir de 1717 pelo 4.º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes. Vide Elize M. H. Vonk Matias, «A Academia dos Generosos. Uma Academia ou uma sequência de Academias?», sep. da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 4, 1982, pp. 223-241.

Sousa⁽¹⁶⁾, em que se dá conta da existência de 289 títulos da autoria deste último encontramos, no elenco das obras impressas, sob o número 6, a referência d'O *Peregrino Instruido*. Eis a indicação completa: «*Peregrino Instruido*. He impresso Anonymo, sem lugar, e anno de Impressão, em quarto». Note-se o facto de se tratar de uma obra impressa, mas da qual, até agora, só encontrámos os manuscritos referidos. Seguem-se, tal como acontece com todos os outros títulos, algumas observações do Conde da Ericeira, que transcrevemos: «Observação. Muitos Authores escreverão da utilidade das viagens, de que *Mons. Baudelot* imprimio dous excellentes livros; porem este *Peregrino* instruido leva com admiravel methodo huns interrogatorios muito miudos, e exactos, principalmente para o exame de materias Ecclesiasticas, e de Ceremonias da Igreja, com tudo o que podia instruir ao *Peregrino* na jornada, que fazia à Corte de Roma, e às principaes de Europa»⁽¹⁷⁾.

Note-se a referência à viagem à «Corte de Roma, e às principaes de Europa», que sugere uma certa individualização, ainda que ténue — ou velada — do peregrino em causa. É conhecida, aliás, a profunda atracção de D. João V por Roma, não sendo de estranhar que no seu plano de viagem a Cidade Eterna ocupasse um lugar de preeminência. Como afirma Yves Bottineau no seu artigo «Le goût de Jean V: art et gouvernement», «[...] Rome, capitale des papes et des arts, a toujours tenu dans ses pensées une place privilégiée», acrescentando que «cette attirance de Jean V pour l'Italie et pour Rome fut cultivée par le marquis de Fontes, fait marquis d'Abrantes après son retour au Portugal en 1718»⁽¹⁸⁾. Charles

(16) Sobre D. Manuel Caetano de Sousa, vide *Biblioteca Lusitana*, T. III, pp. 200-212 e *Dicc. Bibl.*, Tomo V, pp. 383-384.

(17) D. Francisco Xavier de Menezes, *op. cit.*, p. 11. Sublinhado do autor.

(18) Yves Bottineau, «Le goût de Jean V: art et gouvernement», in *Bracara Augusta*, vol. XXVII, n.º 64(76), Braga, 1973, pp. 349-350. Esta mesma leitura, amplamente documentada e fundamentada, fora já feita por Ayres de Carvalho, in *op. cit.*, vol. II, particularmente no cap. III, pp. 241-311.

de Merveilleux, nas suas *Mémoires Instructifs*, em que não esconde forte antipatia pelo Marquês de Fontes (1676-1733), embaixador em Roma entre 1712 e 1718, refere o papel deste último no aprofundar do interesse do monarca pela Itália, e particularmente por Roma. Este facto reflectiu-se, inclusive, segundo Merveilleux, na hesitação de D. João V no estabelecimento do seu plano de viagem, em que, curiosamente, pretenderia iniciar a sua viagem pela protestante Inglaterra: «A sua simpatia levava-o a querer começar a digressão pela Inglaterra, mas hesitava. O marquês de Abrantes, seu camarista e seu favorito, deslumbrado com as grandezas de Roma, trabalhava, porém, para o resolver a ir beijar o pé ao Papa» (19).

Voltando à referência feita a *O Peregrino Instruído* na *Bibliotheca Sousaana*, D. Francisco Xavier de Menezes, apesar de atribuir este texto a D. Manuel Caetano de Sousa, não alude directamente a D. João V. Faltar-lhe-ia essa informação ou, pelo contrário, e uma vez que as observações que acompanham cada um dos títulos foram da iniciativa do Rei, obedeceria ao carácter sigiloso em que se pretendia envolver a projectada viagem? Ficam as interrogações.

Tornando-se claras, pelo exposto, as razões que levaram à sua impressão anónima, pode com segurança confirmar-se a autoria de D. Manuel Caetano de Sousa. Aliás, este clérigo regular teatino, nascido em Lisboa em 1658 (e que nada tem a ver com o seu quase homónimo e contemporâneo António Caetano de Sousa (1674-1759), autor da *História Genealógica* e das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1739)) era bastante próximo do rei. Seguindo de perto as informações de Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana* e de D. Thomaz Caetano de Bem, em cujas *Memorias Historicas chronologicas da Sagrada religião dos clerigos Regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental* (20) se encontra

(19) Charles de Merveilleux, *op. cit.*, ed. cit., p. 151.

(20) *Memorias Historicas chronologicas da Sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental*, escritas por D. Thomaz Caetano de Bem, clérigo regular, Mestre Jubi-

uma pormenorizada biografia de D. Manuel Caetano de Sousa, já seu pai, D. Francisco de Sousa, falecido em 1711, ocupara cargos importantes na hierarquia do Estado, com relevo para a Presidência do Senado de Lisboa, da Mesa da Consciência e Ordens, e como conselheiro de Estado de D. Pedro II e de D. João V, nos primeiros anos do seu reinado.

Sobrinho do Bispo de Lamego, do Grão-Prior do Crato e do Arcebispo de Braga, D. Luís de Sousa, que fora embaixador em Roma, D. Manuel Caetano de Sousa viria também a assumir posição de relevo na vida pública portuguesa, ainda no reinado de D. Pedro II. Não traçaremos aqui, evidentemente, a biografia desta figura que, hoje pouco conhecida, gozou de grande prestígio no seu tempo. Diremos apenas, como aspectos significativos, que foi teólogo da Nunciatura, sendo eleito pelos vogais da sua comunidade para assistir ao Capítulo Geral dos Clérigos Regulares, em Roma, para onde partiu em 1709. Desta viagem fornece D. Tomás de Bem curiosas e pormenorizadas informações, de resto baseadas nas próprias memórias que dela fez D. Manuel Caetano de Sousa⁽²¹⁾. Deputado do Tribunal da Bula de Cruzada, foi nomeado por D. João V seu Pró-Comissário Geral. Teve, por outro lado, um papel decisivo no estabelecimento, pelo Magnânimo, em 1720, da Academia Real da História da qual foi, aliás, o primeiro director.

É pois verosímil que, como homem culto e viajado, cuja jornada à Cidade Eterna tivera bastante ressonância na época, pudesse fornecer informações úteis ao rei, e que este lhas tivesse expressamente pedido, no âmbito da preparação do tão ansiado périplo europeu do monarca.

Mas percorramos, em traços gerais, o texto de D. Manuel Caetano de Sousa. Trata-se, como dissemos, de um longo e

lado em Sagrada Theologia, Qualificador do Santo Officio, Socio do Numero, e Censor da Real Academia, e Chronista da Real Casa de Bragança, Lisboa, na Regio Officina Typografica, Tomo I, 1792.

⁽²¹⁾ Vide D. Tomás Caetano de Bem, *op. cit.*, pp. 321-464.

minucioso rol de 210 questões ⁽²²⁾ sobre as quais deve informar-se o viajante que pretenda conhecer os lugares que visita. As grandes divisões consignadas ou sugeridas como cobrindo a totalidade das informações a recolher dizem respeito aos chamados «estado natural» e «estado moral» dos lugares, e constituem 44 do total sendo as restantes o desenvolvimento ou especificação das questões relativas ao «estado moral».

A *ordenação do olhar* obedece, pois, a uma estrutura dual. Por um lado, o espaço do *natural*: «Conhecerão o estado natural tomando notícia da qualidade do clima, do terreno, dos campos, dos montes, dos rios, das fontes; dos frutos, dos gados, dos mineraes, das aves, e dos peixes»; por outro lado, e numa vertente paralela mas distinta, o espaço do *construído*, ou seja, do especificamente humano — por isso no Estado Moral o autor integra, segundo as suas palavras, «tudo o que depende da industria humana». E assim, «Conhecerão o estado moral de cada lugar tomando noticia do numero dos fogos, dos habitantes; dos Edifícios publicos, e particulares, do Estado ecclesiastico, Politico, militar, e economico».

Trata-se, pois, de uma apreensão que tem a ver com os espaços e com os homens mas em que sobreleva a categoria do que D. Manuel Caetano de Sousa chama, globalmente, Estado Moral. Com efeito, da totalidade das questões a colocar pelo peregrino, apenas as 19 primeiras têm a ver com o estado natural, e mesmo assim de modo bastante peculiar: estas perguntas são, de facto, pensadas em função de um espaço urbano, mais ou menos lato, que se pretende conhecer. O viajante deve informar-se sobre o clima, os campos, os montes, os frutos, os rios, etc., perguntas que, no entanto, são formuladas em função da cidade: *Que Clima tem / Que Campos a cercão / Que montes tem visinhos / Que rios logra / De que generos experimenta mais falta / [...]* ⁽²³⁾.

A lógica é, com efeito, a lógica da cidade o que se tornará particularmente visível no resto do questionário.

⁽²²⁾ Todas as citações d'O *Peregrino Instruído* são feitas do códice n.º 618. Do códice n.º 674 constam 212 questões.

⁽²³⁾ Sublinhados nossos.

É interessante notar, por outro lado, que tanto as questões relativas ao estado natural como as que respeitam ao estado moral (fogos, almas, edifícios públicos, templos, colégios, hospitais, etc.) são consideradas como tendo a ver com uma percepção imediata das coisas. Diz o autor: «O meyo mais facil pera adquirir o perfeyto conhecimento de todas estas cousas, he fazer em cada lugar as perguntas seguintes». Seguem-se as 44 perguntas a que atrás fizemos referência. Por outras palavras, neste particular, o que o peregrino pretende é um itinerário ou guia que lhe permita um conhecimento cuja superficialidade indicia, afinal, o seu primeiro objectivo: o de obter uma primeira impressão, uma percepção global do lugar que visita, a que pode, portanto, ter acesso através da pergunta directa.

Esclareça-se, de resto, que se o conjunto das 210 questões tivesse o carácter genérico destas 44 primeiras, não teríamos dificuldade em admitir, como Luiz Mott, estar perante um questionário dirigido a qualquer viajante e atribuir-lhe, portanto, um carácter sociologicamente diverso. É pela sequência das perguntas a colocar pelo peregrino, ou seja, pelo desenvolvimento das questões relativas ao chamado estado moral, que se nos impôs a noção muito clara de um destinatário preciso — neste caso, D. João V.

Ora, D. Manuel Caetano de Sousa tem plena consciência dos interesses do rei e, por isso, da natureza já diversa das questões a colocar. E se tem consciência desses interesses, tem-na igualmente sobre o modo de ir ao seu encontro. É assim que, se numa primeira instância, como vimos, a informação pode ser facilmente recolhida através da simples pergunta e do contacto directo e quase aleatório, o aprofundamento e consequente especificidade da informação só é considerada possível através de uma *mediatização* quer pela informação escrita, numa perspectiva histórica e comparativa, quer pelo contacto com os homens mais ilustres do lugar: «Depois de colhidas estas noticias em geral as quaes (ao menos confusam^{te}) se podem alcançar pelo Caminho, e nas estalagens se devem ver estes Lugares hum por hum observando a grandeza e ornato de cada hum delles. Se deve saber

se ha livros q^e descrevão os ditos Lugares e procurallos. E conferir o que se ve nos Livros, com o que se mostra no lugar e notar o differente estado em que tudo se acha hoje, a res-
peyto do tempo em q̃ se escreveo o Livro; Depois disto se devem procurar os homens mais noticiosos daquelle lugar pera por meyo delles adquirir mais certo, e mais individual conhecimento de tudo o que se pertende [sic] saber pelas perguntas seguintes».

Estas perguntas, e até final do texto, deixam, pois, de ter como finalidade o estabelecimento de um quadro global do observado, para reflectirem a procura de um olhar aprofundado e até crítico sobre as coisas, dirigido em função de interesses específicos. Assim, após a série relativamente breve das questões mais gerais sobre o estado natural e o estado moral dos diferentes lugares, a que nos referimos, o viajante procurará instruir-se particularmente sobre os estados eclesiástico, político, militar e económico dos diferentes locais.

Não faremos a análise pormenorizada de todas as questões, o que poderia conduzir a uma mera descrição dos seus conteúdos. Elas apontam, como dissemos, para um olhar dirigido em função de determinadas estratégias que denunciam a finalidade e o destinatário específicos deste questionário. Remetemos, de qualquer modo, para a leitura integral d'O *Peeregrino Instruido*. Assim, decidimos tecer algumas considerações apenas em relação a um dos grupos. Fixemo-nos, então, naquele que nos parece o mais significativo e de certo modo maximalizado, (recordemos a observação acerca d'O *Peeregrino* na *Bibliotheca Sousana*, atrás referida): o grupo das questões relativas ao estado eclesiástico.

Comecemos por apontar alguns dados quantitativos, em si bastante interessantes. Das 166 perguntas acerca dos estados eclesiástico, político, militar e económico, é ao primeiro que cabe o maior número — 68 perguntas, que correspondem a mais de 40 % do total. A este facto não será estranho o estatuto de clérigo do seu autor, para o qual assumiriam, naturalmente, especial relevância as questões respeitantes à Igreja. Mas a especificidade e a extrema minúcia de parte

significativa dessas questões levam-nos a formular algumas hipóteses num sentido diferente.

Das 68 perguntas relativas ao estado eclesiástico, as 51 primeiras dizem respeito à Igreja maior de cada um dos locais visitados. Esta sequência de perguntas é, a nosso ver, e pelas características de que se reveste, reveladora de uma finalidade muito concreta. O que se pretende não é uma informação geral das características do edifício, mas um retrato exaustivo, ou melhor, uma desmontagem completa da sua estrutura arquitectónica.

A sua leitura integral confirma, melhor do que qualquer consideração, a intencionalidade que, julgamos, está subjacente a esta parte do questionário. Apontemos, entretanto, alguns exemplos. Desde a descrição pormenorizada das suas *dimensões* («Que medidas tem de Comprim^{to}, Largura, etc»), à *orientação* («Para que parte olha a porta principal se para o Oriente ou poente, se pera o Norte, ou pera o Sul?»), ao tipo de *arquitectura* adoptada («Se he de abobada, ou só de Carpentaria? Se tem Zimborio, e se este he m^{to} esbelto? Que numero de naves? Que numero de Capellas?»), aos *materiais* utilizados na sua construção («Se he de cantaria, ou alvenaria, e se azulejada»), passando pela *organização interior* do espaço («Em ã parte tem o altar mòr, a saber se encostado ao retabolo ou em ilha de tal modo ã fique entre o Choro, e o Corpo da Igreja», «E sendo em Ilha, em ã distancia fica do arco da Capella mòr?», ou ainda «Se o Choro esta na Capella mor se no meyo da Igreja?»), tudo neste questionário aponta, com efeito, para a obtenção de uma informação material sistemática e, diríamos, *utilizável*.

Pensamos que a extrema minúcia do inquérito relativo ao estado eclesiástico, com particular incidência no que diz respeito à Igreja maior dos diferentes locais visitados, se insere num plano geral de informação com vista, possivelmente, à construção do Convento de Mafra. Tratando-se de uma hipótese surgida a partir de vários indícios, não podemos comprová-la com absoluta certeza. Mas recordemos que, apesar de não ser possível (com os dados disponíveis até ao momento), datar *O Peregrino Instruido* com total precisão,

sabemos que o projecto é anterior a 1716, ano em que o rei, após desistir da viagem, adoeceu gravemente, indo convalescer para Vila Viçosa. Aliás, como já referimos, também o regente de França pressionou D. João V nesse sentido — e Filipe de Orleães era regente apenas desde 2 de Setembro de 1715.

Ora, a primeira pedra do Convento de Mafra foi lançada em 1717. É muito possível que num itinerário destinado à projectada viagem europeia de D. João V se desse especial ênfase a uma questão na qual ele viria a colocar todo o seu empenho de rei opulento do ouro do Brasil, e nostálgico da grandeza de certas cortes europeias da época.

Pode, no entanto, colocar-se uma segunda hipótese, que tem a ver com o igualmente acarinhado projecto da construção da Igreja Patriarcal por parte de D. João V. A criação do patriarcado em 1716, pela bula *In supremo apostolatus solio*, do papa Clemente XI, sendo elevada à dignidade de igreja patriarcal a colegiada de S. Tomé, erigida em 1710 na Capela Real, era o corolário de um processo que pode fazer-se remontar aos primeiros anos do reinado do Magnânimo. Como refere Eduardo Brasão, que dedica um longo e minucioso estudo à criação do patriarcado, «Logo no princípio do seu reinado, teve D. João V o maior desejo em engrandecer e prestigiar a Capela Real»⁽²⁴⁾, propósito que levou, mesmo, à organização da faustosa embaixada chefiada pelo Marquês de Fontes a Roma, «[...] no intuito de continuar o trabalho de engrandecimento da Capela Real»⁽²⁵⁾.

O patriarcado, ao qual o rei passou a conceder ao longo dos anos grandes privilégios — registe-se a concessão ao patriarca, em 1717, de «todas as honras e prerrogativas de que gosavam no reino os cardiais da Sé de Roma» e, em 1737, a sua elevação à dignidade de cardeal⁽²⁶⁾ — continuou a funcionar na Capela Real. Ayres de Carvalho, no seu trabalho

⁽²⁴⁾ Eduardo Brasão, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Porto, Livraria Civilização, 1943, p. 26.

⁽²⁵⁾ *Ibidem*, p. 66.

⁽²⁶⁾ Ângelo Ribeiro, *op. cit.*, p. 184.

D. João V e a arte do seu tempo sustenta que, numa primeira instância, o grande projecto de D. João V teria sido o da Basílica Patriarcal. Sabe-se que o primitivo projecto de D. João V para Mafra era o de uma igreja e um pequeno convento para treze frades arrábidos. A vinda a Lisboa do grande architecto Filippo de Juvara, em 1719, inseria-se ainda nesse projecto do monarca para a Patriarcal. Segundo Ayres de Carvalho, é nos anos de 1720-21 que deve colocar-se a alteração de fundo nas intenções de D. João V que, desistindo da construção da Patriarcal, canalizou toda a opulência e grandeza para Mafra. Afirma aquele estudioso: «Com o lançamento da primeira pedra em Mafra, no ano de 1717, estavam definitivamente firmados os seus [de Ludovice] créditos não só como o autor incontestável do plano da Igreja e dum Convento para treze ou mais frades, como também o dirigente e construtor de todas as alterações e aumentos que daí a pouco, por 1720-21, viria a transformar o modesto edifício num dos mais colossais empreendimentos da Europa de Setecentos, e que substituiria, por força das circunstâncias, a grandiosa Patriarcal sonhada por D. João V» ⁽²⁷⁾.

Seja como for, o facto é que, neste particular, *O Peregrino Instruido* reflecte a importância que as questões relativas à representação e ao fausto de incidência religiosa e eclesiástica, com particular relevo para a arquitectura, assumem para D. João V, como manifestação do poder. O extremo interesse que o monarca revela por estas questões é bem patente nas minuciosas informações que solicita ao Marquês de Fontes e a vários elementos da sua embaixada em Roma entre 1712 e 1718, cuja tónica se aproxima, sem qualquer dúvida, das características que encontramos n'*O Peregrino Instruido*. Manuel Tomás da Silva, cónego da Capela Real, em carta ao secretário régio daquela embaixada, Lázaro Leitão, refere de modo muito claro o interesse do monarca em obter informações pormenorizadas sobre essas matérias: «Vm.^{ce} tendo lugar e descanço descreverá tudo o q̃ houver notavel em essa Curia

⁽²⁷⁾ Ayres de Carvalho, *op. cit.*, vol. II, cap. IV, p. 335.

com toda a miudeza, e clareza: as Cathedraes, Patriarchaes, e Collegiadas com o numero das dignidades, conegos e mais Ministros dellas athe o mais infimo: ... Assim mais alguns Conventos, e Collegios memoraveis, Templos, e Palacios sump-tuosos, fortalezas, e tudo o q achar digno de memoria: o tratamento dos Cardeaes dentro, e fora de Caza, e numero de seos criados e de q lhe servem por q nisto lonzongea (sic) m^{to} o gosto do nosso amo.»⁽²⁸⁾. Ayres de Carvalho afirma, a este propósito, que uma vez que «a curiosidade de el-rei D. João V e as suas tendências artísticas não se podiam satisfazer unicamente com rigorosas e frias descrições, os monumentos e obras d'Arte da sua mais cara predilecção seriam reproduzidos não no papel como também em «grandiosas» miniaturas que encheriam os vastos salões dos Paços da Ribeira.»⁽²⁹⁾.

Se, como referimos anteriormente, pode explicar-se, em parte, o relevo dado às questões eclesiásticas em virtude da condição de clérigo do seu autor, D. Manuel Caetano de Sousa, o facto é que essa insistência tem acima de tudo a ver com os interesses muito específicos do rei nessa matéria. Interesses que não se esgotam na vertente monumental e architectónica, mas que incidem sobre a orgânica, estrutura e funcionamento da igreja. As últimas 17 perguntas relativas ao estado eclesiástico, respeitantes à organização hierárquica, administrativa e cultural da igreja são justamente reveladoras dessa preocupação do monarca.

Numa rápida apreciação, podemos considerar que as perguntas respeitantes ao estado militar são, a par das relativas ao estado eclesiástico, aquelas em que mais claramente se evidencia o carácter concreto e funcional d'O *Peregrino Instruído*. Com efeito, o cariz marcadamente técnico destas 41 perguntas aponta de modo indiscutível para um plano coerente e sistemático de informação sobre a organização militar, como instrumento fundamental e indispensável ao poder do príncipe.

⁽²⁸⁾ Cit. por Ayres de Carvalho, *op. cit.* vol. II, p. 294.

⁽²⁹⁾ Ayres de Carvalho, *ibidem*.

A importância concedida às questões militares n'O *Peregrino Instruído* não seria alheia a situação política europeia da época. Quando D. João V sobe ao trono, em 1707, está-se em plena Guerra da Sucessão de Espanha, conflito em que Portugal também se viu envolvido. Em 1715 é celebrada a paz com a Espanha e em 1716 D. João V, respondendo ao apelo do Papa, trava contra os Turcos a Batalha de Matapão, de que sairá vitorioso, facto certamente relacionado com a resposta positiva do Papa, nesse mesmo ano, ao pedido do monarca português, para a criação do Patriarcado⁽³⁰⁾. A paz, no entanto, é precária, e logo após a vitória naval contra os Turcos Portugal e Espanha estiveram prestes a envolver-se em novo conflito.

O conjunto destas questões, orientado, pois, no sentido do estabelecimento de um quadro global do estado militar incide, em primeiro lugar, no problema da fortificação da cidade, do seu castelo e da organização tanto interior como do espaço envolvente. É patente também a preocupação em avaliar a quantidade e a qualidade das armas que possui, assim como a estrutura e dimensão do exército, referindo-se mesmo a questão dos soldos. Finalmente, o último grupo de perguntas tem a ver com o caso das cidades com porto de mar e a especificidade da organização militar que essa situação geográfica envolve. As 41 perguntas relativas ao estado militar, elaboradas tendo em vista a obtenção de uma informação precisa, concreta, e sempre que possível, quantificada, revelam, de modo indiscutível, uma preocupação muito específica e não, apenas, um interesse mais ou menos global e circunstancial.

Curiosamente, é o estado político aquele que suscita o menor número de questões (apenas 19). A identificação do «Senhor da terra» seguem-se 6 perguntas a partir das quais se pretende caracterizar o poder e a forma de governo. As

(30) Vide Eduardo Brasão, *D. João V e a Santa Sé. As relações diplomáticas de Portugal com o Govêrno Pontifício de 1706 a 1750*, Coimbra, Coimbra Ed., 1937, e *Subsídios para a história do Patriarcado (1716-1740)*, Porto, 1943.

restantes questões dizem respeito à organização e administração da justiça, e a sua extrema minúcia evidencia bem a importância concedida à relação entre a justiça e o poder político.

Se, como vimos, na organização sequencial das perguntas sobre o estado militar é patente uma planificação significativa, no que respeita ao estado económico revela-se uma certa dificuldade, por parte do seu autor, em organizar de forma coerente e sistemática o inquérito a ele respeitante. As 38 questões relativas ao estado económico percorrem, de modo muito interessante mas também bastante aleatório, problemas que vão dos cuidados com os edifícios públicos e a limpeza das ruas, ao preço corrente dos géneros, à produção de vinhos, azeite e aguardente, passando pelas artes e ofícios mais usuais, as máquinas utilizadas no fabrico do pão, até à nobreza e famílias ilustres, e ao seu estatuto e preeminência social.

Da perspectiva económica é inseparável, para o autor do questionário, a apreensão do panorama social — e aqui a estrutura do questionário assume outra dimensão. Nota-se, de facto, uma preocupação visível em determinar, individualizando-os, quais os mais poderosos agentes económicos («Quaes são os Mercadores mais ricos?»), mas não só: procura-se alcançar uma verdadeira *geografia* social em que, além dos mercadores, se pretendem identificar os artífices, escritores, famílias mais ilustres — e suas alianças — e poderosos da cidade: «Quaes são os melhores artífices em cada hũa das artes», «Se na terra ha homens insignes em Letras [...] e como se chamão [...]», «Se ha livros q̃ tratem dessas familias illustres, e quem são os seus authores».

Significativamente, é nas questões relativas ao chamado estado económico que surgem, na sua máxima explicitação, as perguntas respeitantes à nobreza. A par das perguntas sobre o estatuto da nobreza — «Se a Nobreza he rica ou pobre», «Se ha m^{ta} ou pouca nobreza» — procura-se também identificar as famílias mais ilustres e outros indivíduos abastados que com ela partilham o usufruto da riqueza e um estatuto

social que, sob certos aspectos, ultrapassa a lógica tradicional das ordens sociais.

O «peregrino instruído» era, pois, D. João V. A ele se dirige um texto que podemos considerar como um *itinerário do olhar*, de um olhar sobre os homens e sobre as coisas, mas em que se evidencia igualmente um *itinerário do poder*. As questões a colocar por «[...] aqueles que por meio das viagens querem conhecer utilm^{te} o Mundo» são organizadas de uma forma que deixa entrever não se estar em presença da ordenação do olhar de um qualquer «peregrino instruído», mas de um texto em que se divisam estratégias, a primeira das quais preside, aliás, à sua produção: ao elaborar o questionário, D. Manuel Caetano de Sousa é, em certo sentido, e apesar da sua condição de clérigo, um homem de Corte, que *serve* o seu Rei. De resto, uma análise, ainda que globalizante do questionário na sua totalidade aponta não para um impressionismo cortesão e de certo modo «maneirista», mas para uma precisão rigorosa e informada reveladora de uma preparação que poderíamos dizer sofisticada e que envolve não só uma consciência, como uma responsabilidade de poder.

Assim, *O Peregrino Instruído* constitui — e talvez essencialmente — um itinerário de poder. Só deste modo podem entender-se, a par das questões relativas ao estado eclesiástico, as que dizem respeito ao estado militar, reveladoras, também elas, de informações bem específicas e marcadamente técnicas e estratégicas que o rei pretendia obter.

Daí a importância que para nós assumiu o problema do seu destinatário, porque só em função dele poderia chegar-se a um melhor e mais amplo entendimento do texto e divisar, sob uma perspectiva mais correcta, o seu alcance. Daí também que não possamos concordar com Luiz Mott que, não tomando em consideração ter ele sido elaborado para D. João V, vê neste questionário setecentista o testemunho de um olhar etnográfico e de uma curiosidade generosa feito para o viajante europeu em geral. Por isso lhe chama formulário ou, ainda, «roteiro de pesquisa para quem deseja conhecer o mundo».

Este minucioso questionário representa de facto a organização e a sistematização do desejo de conhecer e de saber, mas em função de uma estratégia específica — o contacto de um monarca, detentor e símbolo máximo do poder, com o *lugar civilizado*. O projecto desta viagem europeia não é, pois, o da percepção do *Outro* na medida em que é outro, mas o constatar e o avaliar de analogias e diferenças para uma posterior recondução a uma identidade sempre perfilada e desejada. Por isso, também, a tónica do conhecimento *útil* presente no título e no espírito do texto.

É nesta medida que podemos considerá-lo, no seu conjunto, como um *texto normativo* e, se quisermos, um pouco ousadamente, e sob certa perspectiva, um «espelho de príncipe» setecentista, através da odisseia que é sempre a viagem, ainda que não realizada.

O PEREGRINO INSTRUIDO

Devem aquelles que por meio das viagens querem conhecer utilmente o Mundo, informarse em cada Lugar do estado natural, Ecclesiástico, Politico e Militar delle ⁽¹⁾

Conhecerão o Estado natural tomando noticia da qualidade do clima, do terreno, dos campos, dos montes, dos rios, das fontes; dos frutos, dos gados, dos mineraes, das aves, e dos peixes.

Conhecerão o estado moral de cada lugar tomando noticia do numero dos habitantes; dos Edificios publicos, e particulares, do Estado eccleziastico, Politico, militar e economico.

O meyo mais facil pera adquirir o perfeyto conhecimento de todas estas cousas he fazer o Peregrino em cada Lugar, a *que* chega as perguntas seguintes.

Quanto ao Estado Natural

Na Cidade

Que Clima tem

Que Campos a cercão

Que montes tem visinhos?

⁽¹⁾ Transcrevemos o original rasurado e emendado, constante do códice n.º 618. A cópia, constante do códice n.º 674,, é antecedida das

De que frutos he abundante?
Que fontes tem, e de que qualidade
Que rios logra?
Que taes gados?
Que taes aves?
Que taes peixes?
Que mineraes tem?
Que pedras tem assim preciosas como ordinarias?
De que generos experimenta mais falta?
De donde lhe vem os de *que* necessita?
De que generos tem mais copia?
Para *que* partes manda os *que* lhe sobejão
Se os generos *que* entrão e sahem se conduzem por agua se
por terra? ⁽²⁾
Com que Lugares notaveis por alguma circunstancia avizinha?
Quanto dista de taes Lugares?
Se aos taes Lugares se vay por terra se por agua, se planicie
ou por montanha

Quanto ao Estado Moral

A que reduzimos tudo o que depende da industria humana

Quantos fogos tem o tal Lugar?
Quantas almas?
Que Edificios publicos tem?

nesta pergunta se comprehendem as seguintes

Que Parrochias?
Se hà algũas de Parrocos Regulares?
Que templos?
Que mosteiros, e de *que* ordens?

seguintes palavras: «Peregrino Instruído. Modo com *que* se deve informar todo o sугeito, *que* fizer giro, pela Europa, e mais partes do Mundo.

Mandado fazer na Occazião, *que* S. Magestade o Sr. Rey D. João o quinto esteve para hir incognito, ver as Cortes Estrangeiras».

⁽²⁾ Esta pergunta está dividida em duas (16-17) na cópia: 16 «Seus generos, *que* entrão e sahem?» e 17 «Se aconduzem por agoa, se por terra?».

Quantos de Religiosos, e quantos de Religiosas?
Que Collegios?
Que Recolhimentos de mulheres?
Que Hospitaes?
Que Lugares Pios? ⁽³⁾
Que universidades ou estudos publicos?
Que Livrarias publicas?
Que Fortificações
Que Arsenaes ou Armazens *para* as munições de guerra e de boca
Que Casas de Tribunaes?
Que Casas de Contratação?
Que Carceres?
Que Lugares *para* os jogos?
Que Theatros?
Que passeos?
Que palacios?
Que livrarias insignes de particulares?
Que jardins

Depois de colhidas estas noticias em geral as quaes (ao menos *confusamente*) se podem alcançar pelo Caminho, e nas estalagens se devem ver estes Lugares hum por hum observando a grandeza e ornato de cada hum delles. Se deve saber se ha livros *que* descrevão os ditos Lugares; e procurallos. E conferir o que se ve nos Livros, com o que se mostra no lugar e notar o differente estado em *que* tudo se acha hoje a respeyto do tempo em *que* se escreveo o Livro. Depois disto se devem procurar os homens mais noticiosos daquelle Lugar pera por meyo delles adquirir mais certo, e mais individual conhecimento de tudo o que se pertende saber pelas perguntas seguintes

⁽³⁾ Na cópia acrescenta-se «Como Cazas de Orphãos, ou Engeitados, etc».

Quanto ao Estado Ecclesiastico

Como se chama a Igreja mayor?
Que medidas tem de Comprimento, Largura, etc
Se he de Cantaria, ou alvenaria, e se azulejada? ⁽⁴⁾
Se he de abobada ou só de Carpentaria?
Se tem Zimborio, e se este he muito esbelto?
Se he clara se escura, e *que* sorte de vidraças tem
Que tal he o pavimento da Igreja?
Se he direyto, e perfeytamente orizental ou sobe em ladeyra
moderada pera o altar mor?
Que numero de naves?
Que numero de Capellas?
Em *que* parte tem o altar mòr, a saber se encostado ao retabolo ou em ilha de tal modo *que* fique entre o choro, e o Corpo da Igreja?
E sendo em Ilha, em *que* distancia fica do arco da Capella mòr?
Se as Costas da Capella mor são de muro direyto, ou circular a que chamão Absida?
Que sorte de grades tem a Capella mor, e se sobre ellas está o Crucifixo voltado com a face *para* a Igreja?
Se o Sacerdote quando celebra está com o rosto *para* o Povo?
Se o Choro esta na Capella mor se no meyo da Igreja?
Se está o Choro alto de maneyra *que* se passe por debayxo delle ou se está bayxo, e que quando muito fique na altura do Presbiterio?
Que forma tem a Cadeyra Pontifical, e adonde está?
Que docel tem?
De *que* materia, e de *que* forma são as Cadeyras do Choro?
Como são, e adonde estão os Choros da musica?
Que taes são e adonde estão os Orgãos?
De *que* instrumentos uza a Musica?
Que tal Sacrario tem a Igreja
Que tal pia de bautizar e adonde está?
Que taes pias de agua benta?

(4) Na cópia acrescenta-se «ou pintada».

Como são, e adonde estão os Confessionarios?
Se os homens estão separados das mulheres com teas, ou
defensa semelhante
Que altura tem as ditas teas ⁽⁵⁾
Se ha genuflexorios firmes na Igreja?
Que tal he e *que* ornato tem a Capella em *que* se guarda o
Santissimo Sacramento?
Se debayxo do altar mór ha outra Capella, ou altar a *que* cha-
mão Confissão?
Se a Igreja tem Santuario, e quaes são as Reliquias mais prin-
cipaes delle?
Que forma, e *que* ordem tem os Relicarios do Santuario?
Se na Igreja se ganhão algũas indulgencias mais notaveis, e
singulares e em *que* dias?
Se ha na Igreja ou no Lugar algũas imagens milagrosas?
Que estatuas, ou pinturas tem insignes, e de *que* Mestres?
Se a Igreja tem thezouro, e quaes são as peças mais vistosas,
e mais preciosas delle?
Quantas Sanchristias tem, e de *que* grandeza?
Que distancia ha da porta da Sanchristia de *que* sahem os Mi-
nistros ao altar mor
Como a Igreja he provida de ornamentos e prata de uzo? e
de *que* maneyra se guarda hũa e outra cousa?
Que tal he o Sumidouro, ao qual as rubricas chamão Sacrario?
Que tal he o atrio da Igreja e se se sobe a elle por muitos
degraos, e *quantos* são?
Que tal he o portico da Igreja?
Quantas portas tem a Igreja, e *que* ornamentos tem estas?
Para *que* parte olha a porta principal se para o Oriente ou
poente, se pera o Norte, ou pera o Sul?

(⁵) A seguir a esta questão o autor escreve três perguntas que em seguida risca. São elas: «Se os homens tem assentos na Igreja». «Que modo tem as molheres no assentar», esta substituída por: «Em *que* se assentão as molheres na Igreja?»». Eliminadas no original, são recuperadas na cópia sob a forma de uma única questão: 75 «Se ha accentos *para* homens e *para* molheres *na* Igreja?».

Se o Cemeterio esta debaixo da Igreja se fora della, e *que* tal he?

Se a torre dos sinos está unida ou separada da Igreja?

Que numero e grandeza tem os Sinos?

Que tal he o Relogio?

Se a Igreja está em ilha e separada dos edificios profanos, e *que* distancia ha entre ella e elles?

Que tal he o Palacio do Prelado?

Se os Conegos tem habitação propria de modo *que* todos fiquem juntos?

Se o Prelado he Bispo ou Arcebispo?

Se Bispo de *que* Arcebispo he suffraganeo?

Se Arcebispo, *que* Bispos tem por suffraganeos?

Quantas Classes de Ministros tem a Igreja entrando neste numero os Musicos, e quantos ha de cada classe?

De *que* vestes uza cada classe de ministros assim dentro como fora do Choro?

Que Rendas tem o Prelado, os Conegos, e os mais Beneficiados?

Se tem Seminario e *que* tal he e *que* numero de moços sustenta?

Que pessoas governão e ensinão os Seminaristas?

De *que* Breviario, e Missal uza a Igreja?

Se reza de alguns Santos proprios, e quaes são, e em *que* dias?

Se tem Ceremonial particular, e adonde he impresso, e qual he a impressão mais moderna, de *que* anno, em *que* Lugar, em *que* forma e quantas paginas tem?

Em *que* Cerimonias differe aquella Igreja do uzo Romano?

Com *que* pompa se fazem os bautizados?

Com *que* pompa se fazem os matrimonios?

Com *que* pompa se fazem os enterros assim de ecclesiasticos como seculares; assim de adultos como de meninos; assim de hum como de outro Sexo; assim virgens como cazados ou viuvos? As mesmas perguntas *que* aqui se fizerão, acerca da Igreja maior se devem fazer, (observada a proporção) de todas as mais Igrejas assim Seculares como Regulares

Quanto ao Estado Politico

Quem he o Senhor da terra?
Se a terra he governada por hum ou por *muitos*?
Se por hum só, *que* titulo tem?
Se o governador he ecclesiastico ou Secular?
Se he governada por *muitos*; quantos são?
Se são todos nobres, o utodos mechanicos, ou parte nobres,
e parte mechanicos; e quantos de cada hũa destas duas esferas
Que ordenados ou Lucros tem os *que* governão
Que forma tem de administrar a justiça nas Cauzas Civeis?
Que forma tem de administrar a justiça nas Cauzas Criminaes?
Que numero de votos vence?
Se ha votos de qualidade?
Se ha votos a que chamão em Venesa *não sinceros*; o *que*
succede quando o votante diz: *voto com os mais votos?* ⁽⁶⁾
Quantos tribunaes ha?
Que materias pertencem a cada Tribunal?
Quantas vezes se ajunta cada Tribunal, e em *que* dias?
Que numero ha de Ministros, e Officiaes de Justiça
Por*que* insignias se conhecem os Ministros, e Officiaes de
justiça desde o supremo athe o infimo?
Que penas tem os Crimes?
Em *que* forma e em *que* Lugar se executão as penas?

Quanto ao Estado Militar

Que forma de fortificação tem a terra. Se antiga se moderna;
se regular, se irregular?
Que tal Castello ou Cidadela tem?
Que tal Poligono he, e que taes são as Cortinas, os flancos,
os Baluartes, etc
Se tem praças baixas?
Se tem Cavalleyros?

⁽⁶⁾ Sublinhado do autor.

Que numero tem de artelharia, e de *que* calibres?
Se tem peças à barba?
Que fossos tem, se secos, se molhados?
Que taes pontes tem?
Se as portas se fechão com rastilhos ou com orgãos?
Que tal estrada cuberta?
Que tal explanada?
Se tem Obras exteriores, e *que* taes são. Se obras cornas, se coroas, se tenalhas, etc ⁽⁷⁾
Se tem padraustos; e por *que* se não segurão delles?
Como está a cidade provida de armas, e de *que* sorte são ellas?
Em *que* Lugares se guarda seguramente a polvora e com *que* forma e *que* resguardo ha nella
Que taes Celleyros tem?
Que taes palheyros militares
Que taes Cisternas, ou poços
Que numero de Cavallaria?
Que numero de Infantaria?
Que numero de dragões?
Que numero de granadeyros?
Que numero de Officiaes?
Que armas uzão assim defensivas como offensivas?
Como são fardados os soldados, e de *que* cores vestem?
Que soldos tem, e como são pagos?
Que taes são os quarteis dos Soldados
Que taes são as Cavalharissas?
Como são nellas tratados os Cavallos?
Sendo a Cidade porto de Mar, *que* tal he o seu porto?
Como estão nelle as Náos defendidas dos ventos?
Como está o porto defendido dos inimigos?
De *que* navios he capaz?
Se tem Galés
Que tal Ribeyra de náos tem?
Que taes são os armazens necessarios para a marinha?

(7) Esta questão será dividida em duas na cópia, sob os n.ºs 146 e 147. 146 «Se tem obras exteriores. e *que* taes são?» e 147 «Se Obras cornas. se tenalhas, etc.

Como estão providos esses Armasens
Que nãos estão no estalleyro?
Que nãos estrangeyras costumão frequentar aquelle porto. E
se pagão ancorage?
Que officiaes ha da marinha, e *que* soldos tem? ⁽⁸⁾

Quanto ao Estado Economico

Que cuydado se tem dos edificios publicos, como são Pontes,
Fontes, Ruas, etc
Como se cuyda na Limpeza das Ruas?
Como se cuidão as injurias do tempo? ⁽⁹⁾
Como se cuidão as injurias do tempo assim do calor como
do frio
Como se acautellão contra as inundações dos Rios?
Como se acautellão contra o contagio?
Qual he o preço corrente de cada hum dos generos?
Como se conservão os frutos assim para o sustento como pera
o regallo?
Como se fazem e se guardão os Licores, a saber azeyte, vinho,
aguardente, etc
Que machinas *para* moer, e cozer o pão
Que sortes há de doces?
De que maneyra são os fornos, e chaminès
Que obras se fazem com mais perfeção naquella cidade?
Quaes são os melhores artifices em cada hũa das artes?
Com *que* machinas cortão as pedras e a madeyra?
Quantas sortes ha de officies mechanicos, e se ha alguns
insignes?
Como he a terra provida de Medicos, ⁽¹⁰⁾ Ervolarios, simpli-
cistas e Boticarios?
Que contratos se uzão no Lugar, e de *que* generos?
Quaes são os Mercadores mais ricos?
Se a Nobreza he rica ou pobre?

⁽⁸⁾ Na cópia acrescenta-se «desde o supremo, até ao infimo?».

⁽⁹⁾ Eliminado na cópia.

⁽¹⁰⁾ Na cópia acrescenta-se «Chimicos. Cirurgiões».

Se ha *muita* ou pouca nobreza?
Que exercicios tem a nobreza, e *que* desenfadados?
Quaes são as familias mais conspicuas, e *que* allianças tem entre si?
Se ha na terra algũas dissensoens entre familias
Que armas ou brazões tem cada familia?
Se ha livros *que* tratem dessas familias illustres, e quem são os seus autores?
Se na terra ha homens insignes em Letras a saber em Theologia, Canones, Leis, Medicina, Filosofia, Mathematica, ⁽¹¹⁾ Letras Humanas, etc e como se chamão; e se tem impresso ou composto alguns Livros. E quaes são?
Se as pessoas nobres e ricas tem *muitos* criados ou poucos?
De que Carruagens uzão?
Se tem bons palacios, e boas cazas de Campo? ⁽¹²⁾
Como se cria a mocidade? ⁽¹³⁾
Como se dà as artes Liberaes?
Se ha na terra bons Mestres de esgrima?
Se ha bons picadores?
Que rendas tem o publico?
Que tributos se pagão ao Principe?
Que alfandegas ha?
Que penas tem os *que* furtão fazenda aos direitos;? ⁽¹⁴⁾

Fora Com a Secca! ⁽¹⁵⁾

⁽¹¹⁾ Na cópia acrescenta-se «Historia».

⁽¹²⁾ Na cópia, esta pergunta tem a seguinte redacção: 204 «Se tem bons Palacios bem alojados, e boas Cazas de campo, e quaes são as melhores em cada terra?».

⁽¹³⁾ Na cópia acrescenta-se «de todas as espheras».

⁽¹⁴⁾ Na cópia acrescenta-se «e introduzem as do Contrabando?».

⁽¹⁵⁾ Eliminado da cópia.